

Enfoques e tendências da produção científica sobre o ensino fundamental na Região Sul¹

Marilda Pasqual Schneider – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Resumo

O trabalho tem como propósito examinar enfoques e tendências da produção do conhecimento sobre o Ensino Fundamental (EF), na Região Sul do Brasil, tomando como base empírica os trabalhos apresentados nos Seminários da AnpedSul no período compreendido entre os anos de 1998 a 2012. Aponta temas priorizados, perspectivas anunciadas e enfrentamentos necessários dado o lugar ocupado por esse segmento desde a promulgação da atual LDB, que estabeleceu o EF como etapa obrigatória, gratuita e destinada à formação básica do cidadão. À luz das análises empreendidas, destaca alcances e limites da produção científica em torno do tema e realça enfrentamentos necessários em face do surgimento de novos focos temáticos associados especialmente à melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

Palavras-chave: Ensino Fundamental; Produção científica; AnpedSul.

Approaches and trends of scientific literature about the elementary school in the Southern Region

Abstract

The work aims to examine approaches and trends in production of knowledge about elementary school, in the southern region of Brazil, based on the empirical papers presented in the seminars of AnpedSul, in the period between the years of 1998 to 2012. Prioritized themes, perspectives points announced and the confrontation needed, given the way to this segment occupies in educational policies since the promulgation of the current LDB, who established the EF as compulsory, free and step for the basic training of the citizen. In the light of the analyses undertaken, highlights scope and limits of scientific production around the theme and enhance necessary confrontations of the emergence of new thematic associated especially to improving the quality of basic education in Brazil.

Keywords: Elementary School; scientific production; AnpedSul.

Notas introdutórias

Nos últimos 20 anos, mormente a partir da promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Ensino Fundamental (EF) tem se tornado tema recorrente nas agendas das políticas públicas, em pesquisas realizadas no âmbito de

¹ Este estudo é fruto de um trabalho encomendado pelo Eixo Ensino Fundamental para apresentação na X Reunião da AnpedSul, realizada em Florianópolis de 26 a 29 de outubro de 2014.

programas de pós-graduação em educação e nos debates que versam sobre a melhoria da qualidade educacional. Em uma visão holística focalizada na ideia de construção de uma base educacional, o EF representa, no Brasil, a etapa intermediária e obrigatória da educação básica. Enquanto tal, é considerado por Cury (2008) o seu tronco. Por essa visão, a Educação Infantil seria a sua raiz e o Ensino Médio o seu acabamento.

O interesse pela problemática do EF justifica-se não apenas pelo fato de ser a etapa da escolarização básica obrigatória², mas também porque foi considerado, até meados dos anos de 1990, o nó górdio do sistema educacional (ARELARO, 2005; FRANCO, ALVES, BONAMINO, 2007; OLIVEIRA, 2007). Há, no entanto, os que afirmam que ainda o é.

Tendo em conta a necessidade de melhoria educacional, apontada em exames nacionais demonstrados especialmente pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e as discrepâncias de desempenho entre Anos Iniciais e Anos Finais, o EF constitui um tema fulcral no debate da qualidade demandando estudos que permitam um diagnóstico deste segmento na escolarização básica brasileira. Assim sendo, o presente texto tem como propósito evidenciar enfoques e tendências nas investigações sobre o EF a partir da análise dos trabalhos publicizados nos Seminários de Pesquisa em Educação da Região Sul – AnpedSul, no período compreendido entre os anos de 1998 a 2012, e que estão hospedados no Portal do Fórum Sul e AnpedSul.

A opção pela análise da produção disponível no sítio hospedeiro da produção nos Seminários de Pesquisa da Região Sul teve como intuito tomar por referência um espaço legítimo de produção de conhecimento científico e, ao mesmo tempo, reconhecido por aqueles que dele participam. A Anped é uma das principais entidades científicas no campo da educação no Brasil e os trabalhos submetidos aos diferentes Grupos de Trabalho (GT) que constituem a etapa nacional exercem destacado papel na legitimação da produção científica da área.

A cartografia dos trabalhos apresentados nesse evento ou nos desdobramentos dele, no contexto das regiões brasileiras, permite verificar não apenas os temas priorizados nos estudos sobre os diferentes campos de conhecimento, mas também as perspectivas reveladas considerando, de um lado, os enfoques adotados e, de outro, os enfrentamentos ainda necessários, especialmente nos estudos que tomam o EF como tema principal.

² Com a LDB 9.394/1996, o Ensino Fundamental passou a ser a etapa de escolarização básica obrigatória e gratuita. Em 2009, a Emenda Constitucional n.59, de 11 de novembro, ampliou a obrigatoriedade para quatorze anos de duração, compreendendo, a partir de então, uma parte da Educação Infantil (dos quatro aos cinco anos), o Ensino Fundamental (dos seis aos quatorze anos) e o Ensino Médio (dos quinze aos dezessete anos).

Outro aspecto que motivou a delimitação desse enfoque investigativo foi o fato de que, em 2014, a Anped comemorou 10 anos de realização na Região Sul, momento importante para refletir sobre a trajetória da produção científica empreendida nessa primeira década de sua ocorrência no Sul do Brasil. Trata-se, portanto, de um recuo na história da AnpedSul para uma radiografia dos estudos sobre o tema, tendo em vista apontar possíveis lacunas ou mesmo levantar aspectos que possam contribuir para fazer avançar a produção de conhecimento sobre essa etapa da escolarização, tanto no âmbito regional como também no nacional.

O texto inicia com uma breve contextualização da problemática do EF no atual cenário político-educacional, evidenciando alguns fatores que contribuem para que estudiosos defendam a tese de que essa etapa continua sendo o nó górdio da educação brasileira. Segue, apresentando o resultado do mapeamento realizado em torno dos trabalhos disponibilizados nos eventos da AnpedSul ao longo das suas dez edições e, por fim, aponta desafios a serem enfrentados em estudos futuros sobre o tema.

Contextualizando a problemática do Ensino Fundamental no Brasil

Desde os anos de 1990 e com repercussões até os dias atuais, os debates que compreendem o EF estiveram parametrizados pela discussão sobre a necessidade de universalização do acesso da população de sete a 14 anos à escola incluindo, também nesse debate, o sistema de avaliação nacional que, a partir de 1995, passou a disponibilizar dados sobre a situação do fluxo escolar e o desempenho dos estudantes, por estado e em áreas de conhecimento consideradas prioritárias do ponto de vista das políticas neoliberais implantadas desde então.

Malgrado o problema da falta de acesso à Educação Infantil e ao Ensino Médio, e as disparidades regionais, o processo de expansão das oportunidades de escolarização, desencadeado especialmente a partir da década de 1940, oportunizou que chegássemos ao século XXI com um número de escolas suficiente para quase a totalidade de crianças do EF³. Desse modo,

colocados na ordem do dia, o problema da universalização ao Ensino Fundamental, o tempo, a permanência e o avanço das crianças e jovens na escola representam fatores preponderantes nas atuais políticas erigidas para essa etapa de escolarização, consideradas as metas para a melhoria da qualidade da escola pública em vigor pelas

³ Segundo o IBGE, em 2008 a taxa de atendimento de crianças na faixa etária de sete a 14 anos era de 98% (IBGE, 2009).

políticas de avaliação educacional implantadas nas últimas décadas (DURLI, SCHNEIDER, 2013, p.152)

Como indicativo do segundo ponto, que realça o desenvolvimento de medidas para a melhoria da qualidade educacional, destaco o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Criado no ano de 1990 – com o objetivo declarado de fornecer “subsídios para a formulação de políticas públicas educacionais, com vistas à melhoria da qualidade da educação” (BRASIL, 2005, p.17) –, o Saeb representa, atualmente, uma das importantes fontes de informação sobre o EF, vindo a ocupar, por conta disso, lugar destacado nas políticas e ações destinadas à melhoria dos indicadores educacionais (BAUER; SILVA, 2005). No entanto, por representar um parâmetro discutível no debate atual da qualidade da educação brasileira, opções metodológicas e procedimentos de avaliação que orientam esse sistema constituem temas preferenciais nos estudos empreendidos desde então.

Como é de conhecimento geral, o Saeb inclui a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) – também conhecida por Prova Brasil –, e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), esta criada no ano de 2013 com o intuito de avaliar o nível de alfabetização dos estudantes no 3º ano do EF. São, portanto, três avaliações cujo foco recai sobre a qualidade da escolarização na etapa do Ensino Fundamental com implicações diretas na gestão da escola, no currículo e na atuação dos professores em sala de aula. Sobre essa questão, Arelaro apontou como um dos impasses do EF a necessidade de se criar “um novo modelo de referência de ‘qualidade escolar’”, em que a visão de ensino para todos pudesse significar, “genuinamente, ‘ensino de qualidade para todos’” (2005, p.1048 – destaques no original).

É fato que os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, ainda na década de 1990, geraram uma série de reformas que visaram primordialmente à superação dos índices estatísticos negativos. As reformas realizadas naquele momento elegeram como meta prioritária o aumento do número de alunos matriculados nas escolas, a qualquer custo e sob quaisquer condições, impondo, por conta disso, desafios a uma melhoria da escola “por dentro” (ARELARO, 2005, p.1095). A ampliação do acesso à escola trouxe consigo o problema da permanência e do sucesso escolar dos alunos.

Sem desmerecer essas críticas que, a meu ver, são pertinentes e adequadas, o fato é que, por conta da situação descrita, os referenciais de qualidade atualmente em voga focalizam os resultados em testes standardizados como principal referência de qualidade. Considerando os resultados logrados até então, são apontados importantes avanços na

educação básica na última década, especialmente no que se refere às oportunidades de acesso e às condições de progressão e permanência dos estudantes na escola.

Um estudo realizado por Durlí e Schneider (2013) demonstrou que, entre os anos de 2007 a 2010, correspondentes ao período de regulamentação e implementação do Ensino Fundamental de nove anos (EF9A), houve aumento nas taxas de aprovação e diminuição nas de reprovação e abandono no Brasil, tendo essa etapa alcançado 87% nas taxas nacionais de aprovação em 2010 e reduzido a 10,3% as taxas de reprovação e a 3,1% as de abandono. No tocante aos resultados em avaliações nacionais externas obtidos pelos estudantes dos Anos Iniciais (AI), e demonstradas por meio de indicadores como a Prova Brasil e o Saeb, também é possível verificar avanços. Tomando os dados Ideb como referência e considerando as projeções nacionais estabelecidas sazonalmente para os AI, constatamos que o Brasil saltou de um Ideb 3,8 pontos em 2005 para 5,2 em 2013, superando, inclusive, as metas projetadas – que, no último biênio, foram estimadas em 4,9 pontos. Esses resultados têm levado o Inep a afirmar que os AI deverão facilmente superar a nota 6,0 (seis) prevista para ser alcançada no ano de 2021.

Todavia, se os indicadores dos AI dão mostras de progressão em termos dos referenciais hoje praticados pelas políticas implantadas sob a bandeira da melhoria da qualidade educacional, no que se refere aos Anos Finais (AF) a situação é, no mínimo, preocupante. Na primeira aferição do Ideb, em 2005, os AF alcançaram 3,5 pontos de um total de cinco possíveis. Em 2007, os resultados foram melhores, alcançando 3,8 pontos no Índice. Apesar de continuar demonstrando progressão, em 2009, o avanço dos AF foi menos expressivo, apenas dois décimos acima da pontuação registrada em 2007. Em 2011, a progressão foi ainda menor, tendo esse segmento alcançado Ideb de 4,1 pontos.

Embora fossem registrados avanços pouco expressivos, os AF vinham superando as projeções intermediárias traçadas para cada segmento do EF, o que demonstrava progressão contínua do segmento nas metas nacionais de qualidade. A situação foi alterada no último biênio quando, pela primeira vez, desde o início da série histórica do Ideb, a média nacional dos AF ficou abaixo da meta projetada. Em 2013, a pontuação ficou em 4,2 pontos quando o previsto era de 4,4 pontos no Ideb do biênio.

Na Região Sul, os resultados dos AF seguem tendência nacional. Santa Catarina, apesar de ter apresentado a melhor pontuação dentre os três estados, foi o que, na aferição de 2013, teve a maior queda em relação ao Ideb anterior (um total de quatro décimos na média

das escolas) e também o estado que ficou mais afastado da meta projetada para o biênio⁴. Rio Grande do Sul também não alcançou a meta projetada pelo Inep, tendo ficado com 4,2 pontos quando o esperado era 4,7 pontos. Dos três estados sulinos, o Paraná foi o que ficou mais próximo da meta projetada para o biênio. Embora tenha estagnado nos 4,3 pontos, conquistados em 2011, na avaliação realizada em 2013, a pontuação ficou apenas um décimo abaixo da meta, de 4,4 pontos.

A despeito das críticas acerca da potencialidade de o Ideb retratar a qualidade educacional e também sinalizar os gargalos da educação básica no Brasil, a criação desse Índice representa um avanço na organização de informações nacionais sistematizadas sobre o sistema educacional brasileiro. Como sabemos, o Ideb combina dois indicadores de diferentes naturezas: taxas de aprovação – que representa uma medida de fluxo dos sistemas de ensino – e dados do desempenho dos estudantes de 5^a e 9^a série do EF e 3^a série do Ensino Médio na Prova Brasil e no Saeb. O acompanhamento desses dois indicadores ao longo do percurso histórico do Ideb demonstrou que, até 2011, o alcance das metas vinha ocorrendo muito mais pelo aumento nas taxas de aprovação do que pelos resultados logrados pelos estudantes na Prova Brasil e no Saeb.

Considerando que, no Ideb de 2011, as taxas de aprovação estagnaram na casa dos 95% nos AI e dos 85% nos AF, existem fortes razões para acreditar que os resultados alcançados em 2013 devem-se, em boa medida, pelo desempenho dos estudantes na Prova Brasil e Saeb – motivo pelo qual se justificaria a queda na pontuação e o não alcance nas metas intermediárias traçadas pelo Inep. Significa dizer que, esgotada a possibilidade de crescimento no Ideb pela via das políticas e ações que visam à correção de fluxo, não resta alternativa para as escolas continuarem avançando no índice se não pelas avaliações externas. Eis, portanto, um enfrentamento que requer a ação direta sobre o que constitui o cerne do processo educativo, qual seja, a aprendizagem das nossas crianças e jovens. Há, portanto, algumas medidas a serem tomadas para a melhoria dos resultados dos estudantes em avaliações externas, sem as quais não será possível atingir as metas finais previstas para o Ideb de 2021. Além disso, há que se indagar sobre a vinculação entre a melhoria educacional e os resultados obtidos em avaliações externas nos moldes hoje praticados pelo Brasil.

Somam-se, aos fatores aqui apresentados, dois outros: a obrigatoriedade de ampliação do EF para nove anos, cujo prazo final de implantação encerrou-se em 2010, e a abrangência

⁴ Em 2011, Santa Catarina havia alcançado 4,9 pontos no Ideb dos AF. Já em 2013, obteve 4,5 pontos, sete décimos abaixo da meta projetada, que fora de 5,1 pontos.

da escolarização considerada obrigatória que, a partir de 2016, passará a ser dos quatro aos dezessete anos de idade, extrapolando a etapa do EF e incluindo parte da Educação Infantil e todo o Ensino Médio.

Especialmente no que tange à ampliação do EF, estudos desenvolvidos por Durli e Schneider (2013; 2015), sobre o processo de transição na rede estadual de ensino da Região Sul, apontam a necessidade de alguns enfrentamentos em termos de políticas educacionais. Um deles refere-se ao movimento migratório, gradativo, de matrículas do EF da rede pública, tanto estadual como municipal, para a rede privada aos moldes do que ocorreu na década de 1980. Os estudos realizados pelas duas pesquisadoras revelaram que esse movimento de migração ocorreu mais intensamente entre 2008 e 2009, exatamente nos dois anos seguintes à implantação do EF9A nos estados sulinos. Com base nesses achados, as pesquisadoras apontaram a permanência com qualidade no EF público como um dos desafios, se não o maior, das políticas educacionais em curso na Região.

Em sintonia com esse resultado, o estudo realizado apontou, ainda, a reforma dos currículos escolares para o EF9A como outro enfrentamento necessário no âmbito das políticas educacionais para o setor. Considerando que, na Região Sul, a implantação para os nove anos ocorreu massivamente no ano de 2007, via de regra, as crianças que ingressaram naquele ano na escola terão concluído o EF em 2015. Nesses oito anos de transição entre o EF de oito para o de nove anos, pouco se avançou em termos de reforma curricular para o EF9A nos estados sulinos.

De forma geral, os sistemas de ensino têm delegado às escolas a responsabilidade de definir os conteúdos escolares para cada etapa da escolarização, ou, então, quando assumem esse compromisso, tendem a não incluir os docentes na discussão sobre o que consideram importante ensinar e aprender no EF. Os resultados da pesquisa realizada em 2013 pelas duas pesquisadoras indicam ser justamente isso que está ocorrendo no processo desencadeado pela rede estadual de Santa Catarina, em 2010, com a organização de polos regionais para a proposição dos conteúdos curriculares de Língua Portuguesa e Matemática para os AI do EF.

Aspectos como os aqui apontados suscitam reflexões sobre como a problemática do EF vem sendo tratada em estudos efetuados por pesquisadores da área da educação no âmbito de programas de pós-graduação situados na Região Sul. É o que demonstraremos a seguir.

CrITÉrios para o mapeamento e categorizaÇão do material

Ao iniciar as atividades de rastreamento e recolha de informações do material que iria constituir o *corpus* documental do estudo sobre tendências e enfoques na produção científica sobre o EF disponibilizada em eventos da AnpedSul, deparei-me com a primeira dificuldade: a falta de regularidade na delimitação e definição de um espaço legítimo de publicização da produção sobre o EF nos Seminários realizados na Região Sul.

Na Anped Nacional, a produção sobre o tema encontra-se abrigada no *GT 13 – Educação Fundamental*, ainda que não fique restrita a esse espaço, posto que o EF tem sido analisado em interface com outros temas alternando-se, inclusive, os enfoques adotados.

Em estudo realizado sobre o *GT 13*, contexto da Anped Nacional, Souza (2014) informa ele como um dos oito grupos criados no ano de 1981, durante a realização da 4ª Reunião Anual da Anped. Na sua criação, foi denominado de *GT Educação de 1º Grau*. Na 9ª Reunião Anual, realizada em 1986, o seu compromisso foi redefinido e o Grupo passou a denominar-se *Política do Ensino de 1º Grau*. Algumas evidências da falta de identidade nas temáticas eleitas para debate repercutiram em uma nova renomeação do GT. Assim, a partir da Reunião Anual de 1994, o Grupo recebeu a denominação que perdura até hoje: *GT – Educação Fundamental*.

Na Região Sul, os seminários regionais passaram a ocorrer a partir do ano de 1998, de forma rotativa entre os estados. A distribuição dos trabalhos submetidos ao longo desses nove anos de realização atendeu encaminhamentos diversos, certamente motivados pela compreensão do grupo responsável por organizar o evento a cada edição e em cada um dos estados. Em visita ao sítio da AnpedSul, foi possível observar que, na sua primeira edição, no ano de 1998, realizada em Santa Catarina, os trabalhos encaminhados ao Seminário foram organizados em 15 eixos temáticos, sendo o *Eixo 8 – Educação e séries iniciais* o destinado a abrigar trabalhos sobre o EF.

No ano de 1999 foi a vez do estado do Paraná organizar o evento. Naquele ano, seus organizadores delimitaram 20 eixos para a recepção de trabalhos, sendo o *Eixo 6 – Educação e Ensino Fundamental* o hospedeiro oficial de trabalhos sobre o EF. Já na edição de 2000, o evento foi sediado pelo estado do Rio Grande do Sul. Seus organizadores optaram por delimitar cinco linhas de pesquisa para recepção dos trabalhos: Aprendizagem e conhecimento; Cultura e Sociedade; Educação e formação de professores; Ensino e Currículo.

Com essa organização, as discussões sobre o EF tiveram espaço nas linhas de pesquisa eleitas para aquela edição.

A partir de 2000, a ocorrência dos seminários na Região Sul passou a ser bianual, mas a metodologia de agrupamento e organização dos trabalhos seguiu sem delimitação precisa. No Seminário ocorrido no ano de 2002, e sediado novamente pelo estado catarinense, houve a recuperação de agrupamento por eixos temáticos, sendo delimitados nove eixos para recepção de trabalhos. O EF não foi objeto específico de nenhum deles.

Na edição seguinte, em 2004, no estado do Paraná, foram determinadas apenas modalidades de trabalho, quais sejam: mesas redondas, painéis e pôsteres. Não houve demarcação de temáticas específicas para a concentração dos trabalhos. Em 2006, o Rio Grande do Sul retomou a organização por eixos temáticos, porém novamente o EF não foi contemplado em nenhum dos 13 eixos eleitos.

Foi apenas no Seminário realizado no ano de 2012, no Rio Grande do Sul, que o tema do EF voltou a ter um *locus* específico nos encontros da AnpedSul. Naquela edição, fora adotado o mesmo critério de organização e distribuição dos trabalhos praticados na Anped Nacional. Assim, o *GT 13 – Educação Fundamental* foi o espaço reservado aos trabalhos sobre esse tema. Na edição de 2014, temos o retorno da organização por eixos temáticos, sendo o *Eixo 10* eleito como *locus* privilegiado para discussão sobre o EF.

Constatada dispersão no tocante à constituição de um espaço legítimo de discussões sobre o EF nos Seminários da AnpedSul, praticada pela falta de constância na delimitação das temáticas e organização dos trabalhos, decidi adotar como critério, para o levantamento do material, a totalidade de trabalhos publicizados nas nove edições do Seminário, considerando inclusive suas interfaces com outras temáticas.

O interesse inicial era analisar apenas os resumos e as palavras-chave dos trabalhos. Entretanto, fui forçada a tomar outro caminho exatamente pela necessidade de ampliar a abrangência na captura dos trabalhos e, também, pelo fato de que nem todos os publicizados nos anais continham resumos, especialmente aqueles disponibilizados nas primeiras edições do evento, e, quando continham, se encontravam em desacordo às normas científicas.

Desse modo, o recorte, necessário para dar conta da tarefa empreendida, consistiu em tomar por referência os trabalhos que, no título, continham uma das seguintes palavras: Ensino Fundamental, Anos Iniciais ou Anos Finais, incluindo as variações para Educação Fundamental, Séries Iniciais e Séries Finais e as modalidades mesa redonda, painel e pôster, a partir das quais os trabalhos foram agrupados na edição de 2004.

As palavras-chave selecionadas para o cercamento dos trabalhos e a classificação do material levou em conta dois aspectos. O primeiro refere-se ao fato de o EF ser compreendido pelos Anos Iniciais e Anos Finais e, como demonstrado, especialmente de as políticas de avaliação para a qualidade focalizarem apenas uma dessas etapas, tornando necessário verificar como e se os estudos sobre o tema têm tratado as questões que afetam essa focalização. O segundo aspecto refere-se às denominações atualmente admitidas às etapas que compreendem o EF. Desde a ampliação do EF9A, vem sendo utilizada pelas redes de ensino a designação de ano ao invés de série para diferenciar o EF8A que seguiu sendo praticado concomitante ao EF9A até o ano de 2010. Do mesmo modo, tem sido admitida a variação Educação Fundamental como sinônimo de Ensino Fundamental

No que tange à delimitação dos instrumentos tomados como referência para a seleção dos trabalhos, é importante destacar que o título, quando bem elaborado, reflete o conteúdo do trabalho e, portanto, representa uma forma de aproximação com o tema central do trabalho. Por meio dele, é possível saber o que será tratado no texto. Por isso, constitui um recurso aceito como instrumento de análise.

Pois, bem, efetuado o mapeamento pelos títulos dos trabalhos, considerando as palavras-chave adotadas, o segundo momento compreendeu uma análise focalizada nas edições que delimitaram um *locus* específico para o debate do EF. Nessa etapa, o estudo recaiu sobre o conjunto de trabalhos publicizados nas edições de 1999, 2000 e 2012 da AnpedSul, porquanto foram nessas três edições que o EF teve um espaço próprio de discussão. Para essa análise, foram considerados o resumo, quando constava no trabalho, ou o texto na íntegra, nas edições em que os resumos científicos não acompanhavam o trabalho completo. Desse modo, foi considerado o conjunto de trabalhos publicizados no ano, incluindo tanto os trabalhos que continham no título uma das palavras-chave como os que não se encaixavam nesse critério, mas que estavam aportados no referido eixo.

Trabalhando com os dados

Os critérios adotados permitiram constituir um *corpus* suficientemente representativo da produção científica sobre o EF, favorecendo a identificação de enfoques e tendências em pesquisas realizadas por estudantes e pesquisadores no âmbito da Região Sul.

Tendo em conta os critérios adotados, foram localizados 83 trabalhos publicizados nas nove edições da AnpedSul (1998-2012). Desse total, um montante de 53 trabalhos,

correspondente a 66,9% do conjunto, foi apresentado em edições em que houve um espaço próprio para a discussão, ou seja, nos anos de 1998, 1999 e 2012. No conjunto dessas três edições, cerca de 40% dos trabalhos (21 ao todo) apresentavam no título uma das três palavras-chave: Ensino Fundamental; Anos Iniciais; Anos Finais, ou as variações possíveis.

No Seminário ocorrido em 1998, dos oito trabalhos aprovados para o *Eixo 8 – Educação e séries iniciais*, apenas dois deles continham no título uma das palavras-chave. No de 1999, dos 24 trabalhos apresentados no *Eixo 6 – Educação e Ensino Fundamental*, quatro deles faziam menção a, pelo menos, uma das palavras-chave. Já no evento ocorrido em 2012, dos 21 trabalhos aprovados no *GT – Educação Fundamental*, seis deles continham no título uma das palavras-chave.

Considerando o total de trabalhos publicizados nas nove edições da AnpedSul (83 ao todo), foi possível verificar que menos de 15% estão situados no seu *locus* específico, ou seja, no espaço legítimo destinado ao debate sobre esse tema. Tal constatação poderia ser justificada pela inconstância na organização metodológica das edições até aqui realizadas, como já apontado acima. No entanto, nas edições em que foi destinado espaço específico para os debates, ainda assim foram localizados trabalhos fora desse espaço.

Em 1998, dos cinco trabalhos que continham no título uma das palavras-chave, três deles estavam localizados em outros eixos; em 1999, dois, e, em 2012, sete dos 13 trabalhos selecionados tinham sido acolhidos por outros eixos. Naquele ano, um dos trabalhos publicizados manteve a denominação *Ensino de primeiro grau*, apesar da alteração na nomenclatura estar em vigor há dois anos, desde a aprovação da atual LDB.

Dentre os espaços em que os pesquisadores mais têm buscado abrigo quando se referem ao EF, estão os eixos: *Formação de professores/Formação de educadores*, com 11 trabalhos publicizados no período de 1998 a 2012; *Educação em Ciências Naturais e em Matemática*, com nove trabalhos; *Ensino e Currículo/Currículo e saberes*, com oito trabalhos; e *Educação Básica e Políticas públicas e gestão educacional*, com sete trabalhos cada um.

Ao longo das nove edições, 42 trabalhos sobre o EF foram apresentados em interface com outros temas, o que significa dizer que mais de 50% dos trabalhos sobre o EF, publicizados nos Seminários da AnpedSul, encontram pertencimento em espaços que não exclusivamente o destinado ao tema. A expressiva representatividade de trabalhos em diferentes eixos põe em evidência, por um lado, o caráter multifacetado do tema e, por outro, a dispersão da área temática.

Considerando apenas as edições em que foi delimitado espaço específico para os debates sobre o tema e tomando os 53 trabalhos publicizados nas três edições em que isso ocorreu, foi possível verificar que as demandas concentram-se em duas frentes principais: de um lado, trabalhos que discutem aspectos de alguma área de conhecimento específica das disciplinas escolares (tais como: História, Geografia, Matemática e Ciências, Literatura e Produção de textos), de outro, os que se voltam para temas mais abrangentes, vinculados especialmente a demandas recentes (tais como: a implantação do EF9A, o trabalho e a formação de professores, as dificuldades de aprendizagem). Temas contemporâneos, como a escola de tempo integral, sistema nacional de avaliação, indicadores de desempenho e ciclos de formação, começaram a despontar sobretudo na edição de 2012, mas em pequena proporção, com um trabalho apenas sobre cada uma dessas temáticas.

Assim como a discussão sobre o EF encontra abrigo em outros espaços, também o *Eixo – Ensino Fundamental* ou *Educação Fundamental* vem acolhendo estudos em interface com outros temas, evidenciando tendência a um diálogo que parece inclinar-se para a transversalidade temática. Foi o caso de alguns trabalhos aprovados nas edições de 1998, 1999 e 2012 em que, embora aportada no eixo específico, a discussão empreendida pelos pesquisadores que os submeteram poderia muito bem ter sido efetuada em outros eixos disponibilizados naquelas edições, tais como Educação e Arte, Educação Ambiental, Educação em Ciências e Matemática, Psicologia da Educação, e que, por alguma razão, buscaram acolhimento no *Eixo Ensino Fundamental*.

Em relação ao conjunto de trabalhos publicizados nas nove edições, o exame efetuado permitiu verificar que questões vinculadas ao processo ensino-aprendizagem, ao currículo das áreas específicas do conhecimento e à formação de professores, mobilizaram o debate empreendido pelos pesquisadores, sobretudo nas três últimas edições, com inclinação majoritária para os AI. No conjunto de 83 trabalhos analisados, foi localizado apenas um trabalho cujo título fazia menção aos AF.

Dentre as demandas e prioridades tratadas ao longo do período e no conjunto de todos os eixos temáticos das nove edições do Seminário, destacam-se como mais proeminentes: as práticas pedagógicas e a formação de professores do EF, com 19 trabalhos localizados; o currículo dos anos iniciais, com 13 trabalhos; a ampliação do EF para nove anos, com 12 trabalhos; o ensino de Ciências e Matemática, também com 12 trabalhos; e políticas educacionais para o EF. Esta passou a ser explorada apenas nos dois últimos Seminários (2010 e 2012) com seis trabalhos apresentados nessas duas edições.

Afora essas, há um conjunto significativo de outras temáticas evocadas a cada edição do evento, com menor expressão em termos de recorrência, que se referem especialmente aos estudos sobre dificuldades de aprendizagem, música, arte, cultura, alfabetização e educação ambiental, cujo foco concentra-se no papel do professor e na sua atuação em sala de aula.

Mesmo tendo identificado recorrências nas temáticas priorizadas, de modo geral as demandas e prioridades se alternam e se alteram a cada edição realizada, permitindo inferir que os debates empreendidos sobre o EF no contexto da AnpedSul associam-se tanto às discussões que pulsam em cada período no campo da educação como também ao lugar que esse segmento ocupa nas políticas e no debate educacional desde a implantação da atual LDB.

Como indicativo dessas duas constatações, cito o caso da discussão sobre a ampliação do ensino fundamental para nove anos, que se tornou recorrente a partir da edição de 2008, exatamente no Seminário imediatamente posterior à aprovação da Lei 11.274, de seis de fevereiro de 2006, que determinou nove anos de duração para o ensino fundamental com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. No evento realizado em 2008, um trabalho e um pôster sobre o EF9A foram acolhidos em dois eixos: *Educação Básica e Políticas públicas e gestão educacional*.

No tocante aos aspectos metodológicos, foi possível verificar que os trabalhos aprovados nessas três edições ancoram-se prioritariamente em abordagens qualitativas, efetuadas a partir de estudos empíricos setoriais, que tomam uma ou mais escolas de uma rede de ensino ou município como foco efetuando estudos predominantemente descritivos e narrativos sobre elas. Em sua maioria, utilizam questionários e entrevistas com professores e/ou alunos para recolha de dados e informações. Muitos trabalhos conservam o que Souza (2003, p.17) designa de “leveza metodológica exagerada” porquanto apresentam excesso de narrativas que pouco conversam com as teorias do objeto em análise, dificultando a possibilidade de generalizações acerca da problemática do EF.

Algumas conclusões possíveis

As dificuldades encontradas no levantamento dos trabalhos e no agrupamento dos dados sobre o EF tornaram mais árdua e complexa a tarefa de análise permitindo, inclusive, atestar a necessidade de outros e mais aprofundados estudos que avancem na análise das questões teórico-metodológicas dos trabalhos publicizados nesse Seminário. Não obstante, o estudo minucioso e detalhado do material coligido favoreceu algumas constatações que, a

meu ver, merecem ser apontadas, tendo em vista o interesse de contribuir não apenas no traçado cartográfico da produção científica sobre o tema, mas também na indicação de alguns desafios em estudos futuros.

É preciso destacar que o tema do EF suscita diferentes pontos de vista e abordagens, sendo difícil demarcar um *locus* específico para as discussões relacionadas ao tema. Essa evidência aponta tendência à transversalidade nos empreendimentos realizados, caracterizada pela incidência de trabalhos em diferentes eixos temáticos ou grupos de trabalho. O caráter transversal das discussões, ainda que saudável porquanto permite uma visão mais abrangente e global do EF, traz como possíveis consequências a dispersão temática, que caracteriza alguns trabalhos publicizados, e o deslocamento, do centro para a periferia, nos debates que tomam o EF como foco.

Essas duas consequências, em especial, sinalizam a falta de uma identidade própria nas discussões sobre o tema no contexto da AnpedSul e a necessidade de uma reflexão não só no sentido de orientar o lugar desse debate, mas também de reafirmar a centralidade temática que deve marcar os objetos de estudo sobre o EF. O lugar periférico que a problemática do EF assume em alguns trabalhos revela certa tendência à fragmentação nas análises realizadas, porquanto focadas em apreciações microsociológicas dos objetos.

A visão e, conseqüentemente, a análise setorizada de algumas temáticas, como o fracasso escolar, a alfabetização, o currículo e, até mesmo, a formação e profissionalização docente, tendem à descontextualização dos objetos de estudo, dificultando generalizações no que tange ao diagnóstico e aos impasses que afetam a educação básica.

A concentração majoritária de trabalhos que tomam os AI como foco põe em evidência a necessidade de enfrentamento urgente sobre o EF como um todo, considerando especialmente o cenário atual evidenciado na abertura deste trabalho, que apontou os AF como um nó que ainda não foi desatado pelas políticas e ações voltadas à melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

Dentre essas demandas, vinculadas às protagonizadas por algumas metas e suas estratégias consubstanciadas no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em junho de 2014 para o período de 10 anos, destaco que: a universalização do ensino fundamental de nove anos, considerando um contingente de 6,2% de crianças na faixa etária de seis a quatorze anos ainda estarem fora da escola (IBGE, 2012); a erradicação do analfabetismo escolar, incluído o analfabetismo funcional que atinge 78% da população que conclui o EF (IBGE, 2012); o aumento do tempo de permanência das crianças na escola, com a oferta de educação

em tempo integral; a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica; e a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, constituem, a meu ver, enfrentamentos necessários e ainda não suficientemente explorados nos estudos encampados por pesquisadores e estudantes dos programas de pós-graduação em educação, quer seja na Região Sul ou mesmo em escala nacional.

Apesar dos problemas e lacunas aqui apontados, as análises realizadas indicam esse como um campo fértil e promissor de investigação ainda em construção. Os dilemas revelados em algumas pesquisas efetuadas traduzem problemas ainda não solucionados pelas políticas educacionais e podem, por isso, constituir-se em áreas temáticas de estudo no âmbito da pós-graduação contribuindo, inclusive, para um maior aprofundamento no trato teórico-metodológico, de modo a favorecer com que o EF possa se tornar um projeto coletivo e efetivo de transformação da realidade social, tendo a AnpedSul como um espaço legítimo e apropriado para o aprimoramento e fortalecimento desse debate no âmbito da Região Sul.

Referências

ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.26, n.92, pp.1039-1066 – Especial, out., 2005.

BAUER, Adriana; SILVA, Vandré Gomes da. Saeb e Qualidade de Ensino: algumas questões. *Estudos em Avaliação Educacional*, v.16, n.31, pp.133-152 jan./jun., 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria, nº 931, de 21 de março de 2005*. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de março de 2005.

CURY, Jamil. A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, v.38, n.134, pp.293-303, maio/ago., 2008.

DURLI, Zenilde; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Ensino fundamental de nove anos: uma análise do processo de transição na Região Sul. *Educação em Foco*, ano 6, n.21, pp.147-178. jul., 2013.

_____; _____. Ampliação do ensino fundamental na Região Sul do Brasil: pontos e contrapontos da proposta curricular. *Educação em Revista*, v.31, n.1, pp.223-247, jan./mar.2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n1/0102-4698-edur-31-01-00223.pdf>>. Acesso em mar. 2015.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n.100 – Especial, pp.989-1014, out., 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2012*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2012/educacao/censo2012_educ.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. *Séries Estatísticas & Históricas*. 2009. Disponível em:

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/listatema.aspx?op=0&no=4>>. Acesso em 05 out. 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.100 – Especial, pp.661-690, out., 2007.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.18, n.51, pp.15-20, fev., 2003.

SOUZA, Elizeu Clementino de. O visível e o invisível: reflexões e contribuições do GT de Educação Fundamental no contexto do EPENN/ANPED. In: GOMES, Alfredo Macedo; LEAL, Telma Ferraz (Org). *Pesquisa em Educação nas Regiões Norte e Nordeste: balanço e perspectivas*. Recife: EDUFPE, 2014. pp.241-260.

MARILDA PASQUAL SCHNEIDER

Pós-doutora em Política Educativa. Professora titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. Contato: marilda.schneider@unoesc.edu.br